



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1608/2013	DATA: 8/10/2013	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 14h41min	TÉRMINO: 16h57min	PÁGINAS: 45

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PATRÍCIA ÁVILA - Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, representante do Ministério das Comunicações.  
MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA - Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação, da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL.  
NELSON BREVE DIAS - Diretor-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação — EBC.  
EVELIN MACIEL - Diretora da Coordenação da Rede Legislativa de Rádio e TV da Secretaria de Comunicação Social — SECOM, da Câmara dos Deputados.  
DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT.  
PEDRO OSÓRIO - Presidente da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais — ABEPEC.  
ALEXANDRE KIELING - Diretor-Técnico da Associação Brasileira de Televisão Universitária — ABTU.  
FERNANDO FERREIRA - Diretor de Engenharia do Grupo Bandeirantes de Comunicação.  
MÁRIO JÉFFERSON LEITE MELO - Presidente da Frente Nacional pela Valorização das TVs do Campo Público — FRENAVATEC.

SUMÁRIO

Debate sobre o uso das radiofrequências na faixa de 698 MHz a 806 MHz.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Houve exibição de vídeo.  
Há expressão ininteligível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Declaro aberta a presente reunião de audiência pública, fruto dos requerimentos nºs 182 e 243, de 2013, da Deputada Luiza Erundina, e do requerimento nº 229, de 2013, do Deputado Bruno Araújo, com a finalidade de debater o uso das radiofrequências na faixa de 698 MHz a 806 MHz.

Expositores. Julgo dispensável a leitura dos nomes dos convidados, já amplamente divulgados pela Comissão.

Justificaram a ausência: o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que tem como representante a Sra. Patrícia Ávila, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica; o Sr. João Batista de Rezende, Presidente da ANATEL — Agência Nacional de Telecomunicações, que tem como representante o Sr. Marconi Thomaz de Souza Maya, Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação; o Sr. Sérgio Chacon, Diretor da SECOM — Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, que tem como representante a Sra. Evelin Maciel, Diretora da Coordenação da Rede Legislativa de Rádio e TV; o Sr. Fernando Moreira, Presidente da ABTU — Associação Brasileira de Televisão Universitária, que tem como representante o Sr. Alexandre Kieling, Membro do Conselho Consultivo da referida associação; e o Sr. João Carlos Saade, Presidente da ABRA — Associação Brasileira de Radiodifusores, que tem como representante o Sr. Fernando Ferreira, Diretor de Engenharia do Grupo Bandeirantes de Comunicação.

Alguns esclarecimentos: em razão do número de palestrantes, nove, julgamos mais adequado dividir o debate em dois blocos — um bloco com os representantes de Governo e um segundo bloco com representantes das diversas entidades representativas da sociedade. Por conta do número elevado de integrantes dessa audiência pública, nós vamos destinar um tempo de até 10 minutos — rigorosamente de até 10 minutos — para cada palestrante, em virtude do número elevado de convidados.

Encerrado o evento, todas as apresentações serão disponibilizadas na página desta Comissão.

Então, assim sendo, convido para compor a primeira Mesa a Sra. Patrícia Ávila, do Ministério das Comunicações (*palmas*); o Sr. Marconi Thomaz de Souza Maya, da ANATEL (*palmas*); o Sr. Nelson Breve Dias, Diretor-Presidente da EBC —



Empresa Brasil de Comunicação (*palmas*); a Sra. Evelin Maciel, da SECOM da Câmara dos Deputados, que já está aí, também. (*Palmas.*)

Então, repetindo o que eu já havia dito anteriormente, nós temos o nosso cronômetro à esquerda, no alto. Cada expositor ou expositora terá até 10 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, teremos a segunda Mesa e, ato contínuo, nós concederemos a palavra aos Deputados, com a preferência para os requerentes desta audiência pública.

Portanto, seguindo a ordem, passo a palavra a Patrícia Ávila, do Ministério das Comunicações.

**A SRA. PATRÍCIA ÁVILA** - Boa tarde a todos; boa tarde, Deputado. Gostaria de agradecer o convite em nome do Ministério das Comunicações para participar desta audiência.

Hoje vou falar um pouquinho sobre TV pública e faixa de 700. A ideia é começar apresentando para vocês a parte legal que rege toda a matéria; depois, apresentar um cenário do que a gente tem de televisão pública no Brasil; mostrar as demandas que a gente tem de televisão pública; e finalizar falando um pouquinho sobre faixa de 700.

Quem tiver alguma dúvida, e quiser me interromper...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Eu só pergunto se não está prejudicando a visão de ninguém.

**A SRA. PATRÍCIA ÁVILA** - Eu abaixo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Pronto, acho que fica melhor assim.

**A SRA. PATRÍCIA ÁVILA** - Melhorou?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Isso.

**A SRA. PATRÍCIA ÁVILA** - Como embasamento legal de televisão pública e digital, a gente tem o Decreto nº 5.820, que foi publicado em 2006, cria o Sistema Brasileiro de TV Digital e dá as regras para funcionamento. Destaquei o art. 13, que fala pela exploração da União de forma compartilhada dos quatro canais: Canal da Cidadania, Canal da Cultura, Canal da Educação e um canal do Poder Executivo. O Canal da Cidadania a gente já regulamentou, e vou mostrar mais para frente, a gente já implementando; os outros, a gente está aguardando a demanda.



Depois, a gente alterou recentemente esse decreto porque havia uma previsão de que em 30 de junho de 2013 a gente não daria mais outorga para televisão com tecnologia analógica. Como tinham alguns processos que a gente não tinha conseguido enviar, tudo que estava na Casa Civil a gente mandou para o Congresso, e o que não foi a gente revogou — saiu até a publicação hoje da licitação de TVs comerciais, que a gente revogou, porque a gente não pode dar mais a outorga, pois elas funcionariam com tecnologia analógica; é uma licitação, a gente não pode mudar o objeto. Então, hoje saíram publicadas as revogações.

Depois, a gente teve uma portaria, em 2009, que destinou exclusivamente os Canais 60 e 68 para a televisão pública digital. Então, os Canais 60 e 68 serão exclusivos de televisão pública digital; e os restantes poderiam ocupar também, mas não com exclusividade — e é isso que eu vou mostrar mais para frente.

Depois, a gente teve, em 2010, as diretrizes para o Canal da Cidadania. O Ministro Paulo fez um esforço para regulamentar isso. Fizemos, no final de 2012, essa regulamentação, com uma necessidade de pequena alteração, que fizemos agora, mais recentemente, em 2013.

E, por fim, a gente teve uma portaria também de 2013, que estabeleceu as diretrizes para preparar, para que a faixa de 700 pudesse ser discutida enquanto destinação para a banda larga. Então, a gente estabeleceu alguns critérios para atribuir, destinar e distribuir canais da faixa, dizendo que seria necessário fazer um replanejamento dos canais. Acho que a audiência aqui conhece bem o assunto, mas a gente tem os Canais do 52 ao 69, que teriam todos que ser remanejados dessa faixa para caber tanto televisão quanto comercial entre o 14 e o 51.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Aqui é um pequeno parênteses só para explicar os próximos eslaides. A gente está chamando de estatal a EBC, Câmara, Senado e Justiça; e educativas são aquelas televisões que a gente faz por meio de aviso de habilitação para canal que tenha finalidade exclusivamente educativa. Então, as próximas transparências vão levar em consideração esses conceitos.

Isso daqui é para mostrar como cresceu a televisão pública no Brasil entre 2006 e 2013. A gente tinha um cenário em 2006, que está aí, que era mais ou menos umas 200 outorgas para a *TV Educativa*, e, em 7 anos, isso cresceu 75%.



Isso aqui é para mostrar a vocês regionalizado. A gente tem uma concentração de outorgas no Sudeste e no Sul, principalmente, e menos demandas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mais para frente, vocês vão ver que as demandas educativas e estatais, que chegam para a gente, acompanham mais ou menos esse quadro.

A gente fez uma comparação entre o total de Municípios do Brasil por população, para mostrar que a gente tem muito mais Municípios com menos de 50 mil habitantes, quase 95%, mas a demanda de outorga está concentrada nas grandes cidades, tanto para as educativas quanto para as estatais. Então, há uma distorção. Isso se repete em todos os pedidos que a gente tem no Ministério.

Isso aqui é para mostrar a vocês quais são os canais que a gente tem que remanejar. Se a gente olhar hoje as estatais EBC, Câmara, Senado e Justiça, são 65 canais, na faixa de 60 a 68, que o Ministério outorgou. Se não me engano no final de 2011 ou início de 2012, a gente fez um monte de publicação, soltou vários canais de vez para a TV estatal. A gente tem 19 canais, que estão entre o 52 e o 59, ou seja, esses canais a gente teria que remanejar para poder fazer o desligamento; a gente tem alguns canais que teoricamente já estariam no lugar certo, que seriam o 58, entre o 14 e o 51; e a gente tem um no VHF, que vai funcionar no VHF, porque todo canal analógico tem um par para fazer a transmissão simultânea até o desligamento.

A mesma coisa acontece com as educativas. Só que as educativas não ocupam a faixa de 60 a 68. A gente tem, a maior parte delas, entre o 14 e o 51, uma pequena porção, que são vinte e seis que precisam ser remanejados, e uma grande parte, que são outorgas antigas, que estão entre o 2 e o 13. Então, é esse o trabalho. É isso que embasa o trabalho de replanejamento que está sendo feito pela ANATEL.

Em relação à TV pública estatal, vou passar rapidamente, eu tenho as demandas da Câmara e da EBC. A maior parte delas está concentrada no Sudeste. A gente tem mais ou menos uns setecentos e poucos pedidos da Câmara e da EBC. Quando eu olho por população, como já tem outorga vigente com mais de 500 mil habitantes, há concentração entre 100 e 500 mil habitantes, e também permanece aí uma concentração nas Regiões Sudeste e Sul. A parte não estatal é um pouquinho



diferente, mas eu tenho menos pedidos. O que eu chamo de demanda reprimida são os pedidos que as pessoas fazem: *“Olha, eu gostaria que tivesse um canal nessa região”, “Eu gostaria que tivesse um canal nessa cidade”*. É isso. Mas, nesse caso aqui, na parte de educativa, que é o não estatal, a concentração está na Região Nordeste.

Por que isso é importante? É para mostrar para vocês o seguinte: o Ministério trabalha para pegar tanto as outorgas de comercial quanto pública e fazer caber entre o 14 e o 51. Esse é o trabalho que a gente está fazendo em parceria com a ANATEL. É indiferente para a gente, no sentido de tratamento diferenciado, se é público ou se é comercial. Só vai poder haver uma licitação da faixa mais para frente se couber todo mundo, entre o 14 e o 51. Então, todo trabalho que a gente faz é para caber todo mundo. A gente sabe que cabe. A gente terminou e publicou recentemente a consulta pública de São Paulo, capital, e de algumas cidades do interior. São Paulo era a cidade mais difícil, mas a gente conseguiu comportar todo mundo, ajustando as pessoas, ajustando localização, ajustando tudo para poder caber no melhor gerenciamento do espectro. A gente sabe que cabe. Isso significa que, no resto do Brasil, provavelmente vá caber também.

Então, tudo indica que a gente não vai ter problema de alocação. Só que os canais que eu tenho hoje como demanda reprimida no Ministério são canais para essas cidades onde o espectro já está um pouco mais cheio. Então, por que a gente não tem soltado outorga nem para comercial nem para público? Porque a ANATEL precisa concluir o trabalho de replanejamento. Eu não posso ficar soltando outorga, e a ANATEL parar para fazer de novo. Então, a ideia é que até 15 de novembro a ANATEL termine esse trabalho, para que a gente possa ver o cenário que a gente tem e aí discutir como é que faremos novas outorgas.

Isso aqui é o Canal da Cidadania. Para não me alongar muito, a gente está com prazo aberto para Municípios e Distrito Federal. Os Estados podem pedir agora ou podem pedir a partir de 2014, mas a preferência hoje é para os Municípios. Se for uma TV educativa vinculada a um Município ou a um Estado, ela também já pode pedir a qualquer tempo, porque ela já tem uma outorga. E aí, nesse caso, ela poderia fazer multiprogramação como Canal da Cidadania. Lembrando que



multiprogramação seria uma programação do Município, uma do Estado e duas de associação comunitária.

Esse é o perfil do Canal da Cidadania. Observem que aqui quem pede são os Municípios pequenos; a maior parte dos pedidos é para Municípios com menos de 50 mil habitantes, mas ainda é muito concentrado na Região Sudeste.

Agora, para falar de replanejamento de canais, o que a gente está fazendo é — eu vou ler, porque está escrito e a gente reforça — preservar a cobertura analógica com reuso de frequência. Então, para todo mundo que tem outorga agora garantimos que a gente preserva a mesma cobertura do analógico, e está otimizando o espectro para que sobre mais espectro para dar novas outorgas para todo mundo.

Constatada a viabilidade, a gente transfere os canais para o 14 e 51, dá o par digital, inclusive para as retransmissoras que estavam outorgadas em baixa potência, que são as secundárias.

Então, essas também a gente está fazendo — já fez em São Paulo e está fazendo no resto do País —, permitindo que elas funcionem simultaneamente e garantindo que todo mundo vai ter a possibilidade de funcionar no digital. Por que isso é importante? Porque a gente tem Prefeituras que retransmitem programação, e a gente vai garantir que todas elas possam funcionar no digital.

Exclusão dos canais ainda não outorgados, que foi feita em fevereiro pela ANATEL. A ANATEL publicou a Consulta Pública nº 8, e de tudo que não estava outorgado ou que não era outorga em andamento a ANATEL excluiu os canais. E a gente corrigiu, alterou coordenadas ou potências, adequando a cobertura do serviço, para garantir que a transição seja a mais adequada possível.

Isso daqui é o replanejamento de canais, tudo que foi feito, os estudos iniciais e as reuniões que a gente está realizando — foi até Minas Gerais. A consulta pública a gente tem em São Paulo. A ideia é que a gente consiga terminar isso em novembro.

E eu queria destacar isso aqui, porque é o mais importante da apresentação. O que a gente conversou no Ministério, e o que o Ministro acha importante? Primeiro, a gente tem que concluir o replanejamento da ANATEL, para garantir que vai caber todo mundo, públicos e privados. E uma vez garantido isso, vão ser



concluídos os estudos que a ANATEL está fazendo sobre interferência, para ver a necessidade de ações práticas para mitigar a interferência que for comprovada. Então, essas duas ações são garantias para que haja uma licitação da faixa. O recado mais importante que a gente tinha para falar é esse. Isso vale para todo mundo.

Então, como conclusão, a gente pode dizer que todos os canais hoje em funcionamento, públicos e privados, serão remanejados e terão sua cobertura atual garantida. Para isso, serão adotadas soluções técnicas visando a otimização do uso do espectro. A gente vai arcar com o custo do remanejamento desses canais, como uma obrigação da licitação da faixa. Os resultados dos testes de interferência nortearão as medidas a serem adotadas como obrigação da licitação da faixa. E a licitação só ocorrerá depois de concluído o replanejamento de canais.

Portanto, para finalizar, a gente tem um volume de demanda de educativa e de estatal, principalmente Câmara e EBC, que a gente vai tratar, mas a gente vai tratar quando for possível. Dos mais ou menos 700 processos que eu tenho deles no Ministério hoje, eu não tenho nenhum deles que tenha um projeto já para instalar. Então, a gente vem conversando tanto com a EBC quanto com a Câmara pedindo para que sejam definidas quais são as prioridades de vocês, para que a gente possa fazer isso passo a passo. A gente sabe que não tem como fazer 300 canais de vez, até porque tem uma questão orçamentária por trás. Mas o que a gente tem feito com eles é isso, dialogado sobre o que é prioridade para vocês. O que for prioridade a gente vai organizando e vai dando as consignações.

Acho que é isso. Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Agradeço a Patrícia por sua exposição.

Convido imediatamente o Sr. Marconi Thomaz de Souza Maya, da ANATEL, para fazer a sua exposição pelo período de até 10 minutos.

**O SR. MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA** - Boa tarde, Deputado. É um prazer estar consigo aqui, sendo coordenado por V.Exa. nesta Mesa tão ímpar, com pessoas tão queridas, com quem eu tenho tido a oportunidade de conviver ao longo desse tempo.





Gostaria de passar rapidamente como é a ANATEL e por que a ANATEL age. Então, temos o Decreto nº 5.820, que foi alterado pelo 8.061, do qual a Dra. Patrícia acabou de falar, que é a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Quer dizer, a gente tem esse comando de implantar a televisão digital no Brasil. O Decreto nº 7.175 cria o PNBL e dá as condições de a gente também, para o PNBL, utilizar rádio frequência.

A Resolução nº 584, que é da ANATEL, dá todo o contexto da realização dos estudos até dezembro de 2012, visando definir o uso dessa faixa de 698 a 806, em função de que, ao digitalizar a televisão, a gente poderia sim, havia essa expectativa de que se poderia utilizar o espectro do Canal 51 ao 14, em ordem decrescente, e comportar todos os que estavam outorgados em caráter primário; eles, sim, caberiam nessa faixa de frequência resultante na pós-digitalização do espectro. Isso em função de que, para o mundo digital, o canal adjacente sim pode, em determinadas condições, ser utilizado, coisa que, para o mundo analógico, não é possível. Então, há uma economia de espectro. Por isso, a gente aprovou essa resolução em 2012.

A Portaria nº 14, do Ministério das Comunicações, é outro documento de referência para a ação da ANATEL, que é implementadora de políticas públicas, que estabelece as diretrizes para a aceleração do acesso ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital — SBTD e para a ampliação da disponibilidade de espectro de rádio frequência para atendimento ao PNBL.

E aí no art. 2º está bem claro: *“Determinar que a Agência Nacional de Telecomunicações — a ANATEL inicie os procedimentos administrativos para a verificação da viabilidade da atribuição, destinação e distribuição da faixa de 698 a 806 MHz para atendimento dos objetivos do PNBL”*. Então, isso está muito claro nessa Portaria nº 14.

O resultado desse arcabouço legal, regulamentar, leva a que a ANATEL crie um grupo de estudos — e aí sim entra o aspecto técnico da ANATEL com um grupo de estudos — para trabalhar esses aspectos da utilização da chamada faixa de 700. Agora, eu não vou falar mais dos limites inferiores e superiores da faixa, mas chamo só de faixa de 700.



E está lá qual é o foco no final dos trabalhos. Preparar uma proposta de regulamentação das condições de uso da faixa de 700, que é isso que nós já estamos praticamente em condições de votar no Conselho Diretor da ANATEL. As premissas básicas para a elaboração da regulamentação estão aí criadas: estabilizar a ocupação da faixa de 700; garantir a reorganização dos canais abaixo da faixa de 700.

Somente após conclusos os estudos necessários para a liberação da faixa de 700, inicia-se o processo de licitação. Ou seja, primeiro a gente garante todo o funcionamento da radiodifusão entre os Canais 14 e 51 e, depois, a gente começa o processo licitatório. O relatório do grupo de trabalho que produziu essa proposta de regulamento foi concluído no final de 2012. O que a gente vê? A gente vê uma crescente demanda por banda larga no mundo inteiro. E no Brasil não é diferente. A gente está vendo nos números do CDMA como é que está o crescimento da banda larga. Ou a gente inclui as pessoas com banda larga, e as nossas gerações futuras são incluídas e têm condições de falar em igualdade de condições com qualquer lugar do mundo, ou então nós vamos sofrer um processo de subcategorização das nossas próprias gerações com relação ao acesso a essa mídia.

Então, a gente precisa fazer com que isso aconteça. Agora, claro, a gente tem que proteger a radiodifusão. Como é que a gente faz isso? A radiodifusão precisa de espectro também, e a mesma população que precisa da radiodifusão também demanda o acesso à banda larga, e banda larga de qualidade, banda larga com garantia de qualidade. Então, foi identificada a quantidade de espectro necessária para o desenvolvimento da banda larga no Brasil: para 2010, 780 MHz; em 2015, a gente precisaria de 980 MHz; em 2020, chegaríamos a 1.060 MHz necessários para poder acompanhar esse desenvolvimento da implantação da banda larga móvel no Brasil. A gente está hoje, para atender o espectro já previsto para 2015, com um déficit de 226 MHz. Essa faixa de 700 já aporta 108 MHz para mitigar esse déficit para 2015. E outras faixas estão sendo identificadas para acompanhar a demanda de espectro para essa atividade.

Arranjo de frequência. De novo, a ANATEL, para fazer o melhor uso da frequência, a gente foi estudar os arranjos disponíveis mundo afora. Então, a gente tem lá um arranjo da FCC, que é a agência norte-americana, você tem lá o arranjo



deles; um arranjo APT, que é asiático; e um arranjo TDD, o arranjo A6. E o que mais se adapta às nossas características, o que melhor aproveita o espectro, o que menos desperdiça espectro é o arranjo asiático, e foi esse que nós adotamos, acabamos adotando.

Então, na recomendação CPP. 2, da CITELE, há recomendação da FCC — opção 1 e APT — opção 2, como referências para a implementação na região. Quer dizer, na CITELE, na região Américas, tem a recomendação para adotar um dos dois: o americano ou o asiático. E nós fomos pelo asiático, que é o que melhor se adapta, mais uma vez, às nossas condições no Brasil. Isso já está falado.

Fizemos, então, uma consulta pública: a Consulta Pública nº 12, de 2013, que se estendeu. Ela estava prevista para terminar em 14 de abril de 2013, ela terminou em maio, com essas condições, com essa proposta de regulamento de uso dessa faixa: uma vez ela sendo liberada, como vai ser utilizada essa faixa. Então, foi feita essa consulta pública, inclusive com prorrogação de prazo. As principais propostas da consulta pública estão aí. Eu não vou falar uma por uma, até porque o nosso tempo já está se esgotando.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Nós estamos, então, com o regulamento na fase final, já está com o Conselheiro Relator, no Conselho Diretor da ANATEL, para aprovação. Muito bem.

Como é que está o espectro? Essa figurinha é interessante, porque ela mostra como está a ocupação do espectro. E a gente coloca do Canal 2 até o Canal 67 como está a ocupação do espectro. Os vermelhinhos são os canais analógicos. Veja que, no início da faixa, tem muito mais analógico do que o canal digital; e depois do 14, começa a utilização do espectro para a televisão digital. É assim que está o espectro.

Aqui é uma outra figura — a apresentação fica à disposição — em que a gente tem os canais vagos, os canais analógicos em vermelho ainda e os digitais. Essa é a situação atual dos canais na faixa de 700, como eles estão distribuídos no Brasil inteiro.

Então, essas são as nossas demandas e diretivas para os novos canais.

Pareamento dos canais secundários. Durante o planejamento da ocupação do espectro os canais secundários não estavam sendo considerados, porque, uma vez



que são secundários, eles simplesmente teriam que dar lugar a um de caráter primário — seja retransmissora, seja geradora. A gente não estava replanejando esses canais. Então, são 4.580 canais secundários, que não estavam sendo previstos. No replanejamento que estamos fazendo atualmente, estão todos incluídos nos estudos.

Portaria nº 486, de 18 de dezembro de 2012.

Regulamentação do Canal da Cidadania, que pressupõe a existência de um canal por Município, ressalvadas as condições de impossibilidade técnica. Então, cada Município brasileiro deve ter, vai ter um Canal da Cidadania, a menos que haja impossibilidade técnica.

Os canais públicos são esses que a Dra. Patrícia acabou de falar: Canal do Poder Executivo, Canal de Educação, Canal de Cultura e Canal da Cidadania.

Esses também são projetos, que, ao longo do tempo, quando digitalizarmos tudo, vamos ver como vamos contemplar todos esses direitos que estão colocados na legislação brasileira.

A exclusão dos canais vagos a Dra. Patrícia já colocou. Então, nós já fizemos isso. Tudo que era vago, que não estava envolvido em um procedimento de outorga do Ministério das Comunicações foi retirado do plano, para poder facilitar os estudos que a gente precisava fazer para realocar esses canais.

A definição da demanda a ser pareada. As novas outorgas, que a Dra. Patrícia também já colocou, secundários e canais públicos.

Definição do apagamento, está em inglês, *switch off*. O Decreto nº 8.061 alonga o prazo. Ao invés de junho de 2016, se fez uma previsão de desligamento de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2018.

E a estimativa de quantos canais serão remanejados. Esse é o objetivo desse replanejamento atual. Quer dizer, a gente precisa trazer, para poder dizer ao edital de licitação para o serviço móvel, quantos canais, quais são os canais, inclusive os públicos, que precisam ser deslocados da faixa de 700. Em função disso, os detentores desses canais terão, sim, aporte de recursos advindos do próprio procedimento licitatório, para que eles migrem para outro lugar. Geralmente não são televisões que têm uma profusão de recursos para que possam fazer essa migração. Então, o próprio edital da ANATEL já vai prevendo isso — e o Ministro



Paulo Bernardo já tem defendido essa condição —, e é por isso que se precisa concluir o replanejamento para que se possa soltar a licitação. Só aí é que se vai ter certeza do que é que se licita.

E aí o *status* atual. Foram realizadas 14 reuniões para replanejamento. Então, nós estamos com São Paulo fechado, cabe todo mundo sem exceção, televisão pública, comercial e as secundárias, menos algumas no interior de São Paulo. Ela pode ir para dentro da rede de frequência única da geradora cedente, que precisa uma negociação para poder acertar esse aspecto técnico. Então, você comporta todo mundo do Canal 14 ao 51, sem exceção.

A previsão de término é novembro de 2013. Então, estamos com São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Brasília, Goiás. Já fizemos o Paraná, já fizemos Minas Gerais e hoje a nossa equipe está viajando. Amanhã, depois e até sexta-feira conclui Santa Catarina. Fica faltando o Rio Grande do Sul. E depois Norte, Nordeste, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que são regiões menos complexas para esses estudos. A nossa intenção é em novembro concluir todo esse replanejamento.

Aqui mostra como está o espectro em São Paulo. Trouxe isso aqui só para dar uma ideia. Então, os amarelinhos com dentinhos são analógicos, e os azuis quadrados são os digitais. O espectro está ocupado. Veja que até o 64 a gente não tem espaço no espectro de São Paulo. Apaga um analógico, fica desse jeito aí. E com o replanejamento, que foi a consulta pública que terminou o mês passado, a gente trás todo mundo entre o Canal 14 e o Canal 51. Eu não uso a faixa de VHF. Não há previsão de utilização dessa faixa de VHF para esses canais que estão operando hoje em São Paulo. E de 52 a 69 fica livre para que o poder público possa, sim, agregar a banda larga móvel.

Os desafios, por último. Definição das nossas demandas, que é o que a Dra. Patrícia estava falando. Novas outorgas, pareamento de canais secundários, canais públicos, o *time* para remanejamento e coordenação com *switch off*. É outra questão que a gente precisa definir ainda, a coordenação desse *time* de desligamento.

Os estudos de compatibilidade com serviços móveis. Em relação a isso, nós estamos recebendo equipamentos neste mês para ainda, durante o mês de novembro, fazer os testes de convivência entre os dois serviços, o serviço de radiodifusão e o serviço de banda larga móvel. Nós estamos escolhendo uma cidade



no entorno de Brasília. Provavelmente, Santa Rita do Sapucaí será outra cidade, em Minas Gerais, onde vamos montar inclusive testes de campo. Não vamos ficar só no teste de laboratório. Nós vamos fazer os testes de campo também.

Estudos de compatibilidade, dos quais já falei, com serviços móveis.

Harmonização com países de fronteira. Esse é outro problema sério. A gente tem notícia de que tem pelo menos um dos nossos coirmãos fronteiriços que estão adotando, ou com possibilidade de adotar, outro arranjo que não o asiático. Adotaria o arranjo americano. Isso dá um problema de compatibilidade, ali na zona de fronteira.

Análise de custo.

Era isso que eu tinha para falar. Desculpe-me, Deputado, por ter extrapolado o tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Vou lhe fazer uma pergunta de caráter técnico. A diferença essencial entre o arranjo americano e o arranjo asiático é na distribuição das bandas, número de operadoras, essas coisas?

**O SR. MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA** - Ela é em relação à distribuição das bandas. Há problema de banda de guarda em que se acaba tendo que importar mais banda de guarda do que o arranjo asiático. Então, perde-se mais o espectro útil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - O espectro eficiente.

**O SR. MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA** - O espectro eficiente, exatamente. Esse é o ponto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Muito obrigado. O próximo a fazer uso da palavra é o Sr. Nelson Breve Dias. Como até o próprio nome sugere, usará os 10 minutos o nosso Nelson Breve. *(Riso.)*

**O SR. NELSON BREVE DIAS** - Assim espero. *(Risos.)* Eu tenho no final um filme de 3 minutos. Então, tenho que usar 7 minutos.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Nós estamos falando de uma sigla chamada LTE, que, em inglês, significa que é uma estratégia de longo prazo. Não é isso? Aqui, nós estamos fazendo tudo num curto prazo. Entendemos as razões pelas quais corremos atrás do desenvolvimento, e é por essa razão fazer uma audiência pública da ANATEL. Eu



disse que eu me sentia um ribeirinho numa audiência pública para a construção de uma hidrelétrica, porque é justamente a faixa para a qual foram destinados os canais públicos na época em que foi definido o padrão digital japonês ou nipo-brasileiro.

Queria chamar a atenção para alguns problemas. Acho que a gente deveria entrar no debate, não para interditar o debate, mas para que tivesse mais informação. Estamos falando de utilização de um padrão asiático, e nós temos problemas na implantação do padrão japonês, com interferências na TV digital. Inclusive as autoridades que vão tomar a decisão final já foram alertadas sobre isso. Na China, há apenas uma cidade utilizando essa frequência de forma experimental e em planejamento com uma segunda cidade. É isso que estamos colocando nesse mapa. Na Europa, nenhum país adotou esse serviço na faixa que está sendo proposta. O sistema de distribuição de televisão UHF aberta na Europa está praticamente definido. O que nós temos é a utilização da faixa dos 800 MHz, que se mostrou viável, está em crescimento e é utilizada para telefonia celular 4G. No caso do Brasil, isso pode minimizar os problemas com a TV aberta digital, principalmente os canais de Governo. Então, aí está o que está planejado e que está em operação na Europa.

Na América, nós sabemos que os Estados Unidos adotaram esse padrão. E é por causa disso que nós temos esse padrão sendo inclusive disseminado pelas Américas, mas em nenhum país, ainda, em tão larga utilização quanto nos Estados Unidos. A Argentina está com planejamento concluído em Buenos Aires. Só há uma cidade em operação na Bolívia.

E a gente faz a observação aqui em relação à importância que a televisão tem no Brasil. É importante, sim, fazer alcançar a digitalização, mas nós sabemos que não vamos chegar à população mais pobre com a banda larga. Portanto, se nós estamos falando de uma Nação que quer atender a todos, não podemos apenas pensar num segmento de metade ou de dois terços da sociedade. A gente tem que pensar também naquelas pessoas que hoje têm na televisão a grande referência e que, na televisão digital e até por meio da televisão digital, podem ter acesso a conteúdos interativos que possam também ser utilizados pela população de baixa de renda.



Estudos no Mackenzie mostraram a dificuldade de convivência da TV digital com 4G, utilizando a modulação LTE e ocupando a faixa dos 700 MHz. Certamente, sei que a ANATEL deve ter estudos que contrastem com esse para justificar a implantação do padrão.

Nós temos aí — já foi falado, não vou reiterar — apenas essa situação: as faixas que estão sendo desocupadas e onde estão os canais públicos na faixa do 60 ao 68.

Aqui temos uma ideia de como é essa distribuição, onde estão os canais comerciais, as faixas a serem destinadas ao LTE e as faixas onde estão os canais públicos, também, destinadas ao LTE.

Eu queria fazer algumas considerações em relação a essa parte em que a gente entende que o sistema público/privado/estatal de comunicação tem que viver de forma complementar. Hoje, já há uma grande parcela de canais distribuídos para radiodifusão comercial. Não acho que é uma questão em discussão aqui neste momento.

Até por coincidência, estivemos discutindo hoje no Comitê de Monitoramento do Plano Plurianual 2012/2015 com o setor de TELECOM, com Academia. E lá o setor TELECOM chorava muito a questão de desonerações que falta, que estavam precisando disso e daquilo. Eu disse: *“Acho que vocês estão chorando de barriga cheia”*. No programa temático do Ministério das Comunicações, que é *Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia*, onde também estão os canais públicos de comunicação, há nove parágrafos para a TELECOM, três para a televisão e um para os serviços postais, e só duas linhas para comunicação pública. Portanto, está sendo dada muito mais atenção à área de TELECOM ou pelo menos na proporção que estão pensando em distribuir o espectro para a TELECOM, sobrando menos canais para a radiodifusão pública.

Quero lembrar também que nós do campo público sempre lembramos a justificativa pela qual a TV digital foi feita, que era para prever mais canais do campo público para fazer a concorrência e, portanto, a complementariedade com os sistemas. É verdade, o campo público não conseguiu nesse período instalar seus canais. Houve dificuldade de investimento tanto nas áreas públicas do campo legislativo ou do campo das TVs educativas estaduais e também no campo federal.





Até porque nós temos uma contribuição, que foi prevista na origem na nossa lei, que até hoje o setor de telecomunicações contesta judicialmente, que é um direito, e que, portanto, a gente não conseguiu ter acesso a ela. Mas esses canais foram previstos.

No dia 10, depois de amanhã, vai fazer 7 anos que, no Congresso Nacional, o Ministro Hélio Costa disse que uma das principais razões pela adoção do sistema japonês é porque ele é o único que libera os canais 60 a 69, que hoje são utilizados para fazer a comunicação entre a base e o transmissor. E nós vamos utilizar esses canais para iniciar um procedimento de redes públicas de televisão.

Eu queria apenas deixar essas questões do por que se precisa de um espaço totalmente. São 18 canais de 6 MHz que estão sendo desalojados do campo da televisão para o campo da radiodifusão. Por que todos esses canais? É necessário que todos os *players* estejam disputando esses canais? A gente não pode ter um modelo em que você começa uma competição com dois e você libera a sua parte do espectro? E para onde vão os canais? Eu já entendi que há uma disposição tanto do Ministério quanto da ANATEL da alocação de pelo menos aqueles quatro canais que estão previstos no Decreto 5.820. Agora, entendo que a dificuldade é o depois do apagão, porque a dificuldade é você estar já competindo no modelo. Quanto mais você deixar para depois, mais você vai ter dificuldade de competição. Eu acho que essa é a grande questão nossa. Sabemos das dificuldades que todos têm, sabemos que isso não é fácil e achamos apenas que isso precisa ser debatido. É preciso analisar os testes, fazer testes exaustivos para que a gente tenha certeza de que os princípios que foram previstos para utilização da TV digital sejam assegurados.

Por último, quero apenas falar do projeto que nós fizemos, que é uma forma de utilização. Em relação a esse Projeto que nós chamamos de Brasil 4D, que é o digital sendo o grande integrador do desenvolvimento com democracia e diversidade, essa experiência que fizemos em João Pessoa com 100 famílias da região mais pobre de João Pessoa, utilizando pela primeira vez em campo a tecnologia Ginga, nós fizemos o relatório de impacto socioeconômico. Aqui, é o balanço desse relatório. Quero apresentar para vocês para mostrar por que ainda existem 6 MHz que precisam ser utilizados e que não estão previstos. Acho que seria importante serem considerados.



*(Exibição de vídeo.) (Palmas.)*

**O SR. NELSON BREVE DIAS** - É isso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Agradeço a Nelson Breve Dias, Diretor-Presidente da EBC.

Passo imediatamente a palavra à Sra. Evelin Maciel, da Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados, que dispõe de 10 minutos para sua exposição.

**A SRA. EVELIN MACIEL** - Eu quero começar agradecendo o convite, em especial à Deputada Luiza Erundina, que fez a sugestão para a realização desta audiência.

Estou aqui hoje falando em nome da Secretaria de Comunicação da Câmara, mas vou falar um pouco também sobre a nossa associação de TVs legislativas. Vou começar por aí para vocês saberem quem somos nós. A Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas tem como associados a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, 25 Assembleias Legislativas e 22 Câmaras Municipais.

O nosso objetivo é difundir informação sobre operação. A gente ajuda na montagem mesmo, dando até treinamento para as parceiras que vêm à Brasília, em termos de equipamentos, montagem de grade, contratação de funcionário e legislação. A gente incentiva a troca de conteúdo gratuito entre os parceiros. A radiodifusão aberta é um objetivo de todos.

Hoje a nossa associação é presidida pelo Rodrigo Lucena, que é um sócio fundador da Assembleia de Minas Gerais. Eu sou Vice-Presidente e o Segundo Vice-Presidente é o Sérgio Figueiredo, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

Hoje as TVs legislativas estão nas antenas parabólicas. A Câmara, o Senado e algumas Assembleias estão na TV por assinatura, naqueles canais de acesso público criados na Lei de TV a Cabo. As Assembleias e as Câmaras Municipais dividem um canal na TV por assinatura e temos canais abertos analógicos também. São cerca de 20 canais, entre Câmara, Senado e algumas Assembleias.

Nós vimos na TV digital uma grande oportunidade de expansão. Vocês viram que o decreto que criou a TV digital no Brasil, de 2006, não cita nenhum canal legislativo. Os quatro canais criados ali não fazem referência a nós. Então, foi uma iniciativa nossa — da Câmara dos Deputados, pela Secretaria de Comunicação,



com o apoio da Consultoria Legislativa e do Conselho de Altos Estudos — ter formulado esse projeto de uma rede que unisse os nossos canais, os canais legislativos.

Nós temos então na TV digital a multiprogramação, que nos favorece, e a interatividade. Esse teste que o Nelson Breve mostrou foi feito em João Pessoa, usando o nosso Canal 61 e com o apoio da Câmara Municipal de João Pessoa. Hoje nós estamos, até dezembro, fazendo teste também em João Pessoa com esses mesmos *set-top boxes* que foram distribuídos lá. A gente está testando um aplicativo de plenário, da Câmara dos Deputados e da Câmara Municipal. Então, já é um protótipo adaptado para a Câmara Municipal.

E a mobilidade eu quero citar aqui, porque é um pleito nosso. Eu já conversei bastante com o Ministério sobre isso, mas quero reforçar aqui diante dos Deputados que as TVs públicas não têm assento. Nós temos um representante lá no fórum, o André Barbosa, que participa como suplente. Mas nós temos muitas demandas específicas para o fórum, por exemplo, a possibilidade de termos multi-seg no Brasil, que é mais de um canal indo para o telefone celular ou para a TV do carro.

E temos outras demandas importantíssimas sobre as quais a gente precisa ser ouvida pelo fórum. Por exemplo, a gente ia licitar agora uma banda de satélite para a rede legislativa, mas tivemos que recuar, porque não existe padronização de recepção de satélite. A multiprogramação não está sendo lida em todos os equipamentos de TV digital. Às vezes aparece só o 61.1 e não aparece automaticamente o 61.2, o 61.3. Então, isso é muito importante para nós, e não temos conseguido avançar nessas questões.

A multiprogramação — aqui há uma plateia de entendidos, então eu não preciso me aprofundar nisso — transmite TV Câmara, TV Senado, TV Assembleia e TV Câmara Municipal num mesmo transmissor. Nós dividimos um mesmo transmissor. A previsão legal para isso é a norma geral de TV pública digital e depois há duas outras normas específicas para a multiprogramação, que foi um pleito nosso.

Nós participamos da negociação para que essas normas existissem, para que a gente pudesse realmente fazer a multiprogramação, porque não existia previsão legal nenhuma para isso. E depois houve a portaria do ano passado para alterar a



anterior, a fim de permitir que a gente cedesse três canais para montar a rede legislativa.

A rede legislativa de TV digital é um projeto da Câmara dos Deputados e da nossa associação. Há um ato da mesa da Câmara que instituiu essa rede, que proporciona os acordos, toda a base legal interna para a gente poder dividir essa operação. A rede legislativa se baseia basicamente numa divisão primeiro entre Câmara e Senado, em que nós dividimos as capitais. Onde nós investimos, nós carregamos o Senado. Onde o Senado investe, nos carregam. Nós já estamos quase terminando a nossa lista das treze e agora a gente vai licitar os cinco últimos transmissores. Então, a gente já está em operação em todas aquelas cidades.

Nós temos um *release* sendo distribuído aí. E há o Manual Rede Legislativa que a gente entrega para os parceiros do interior, para quem tiver curiosidade de saber como isso funciona. É um manual bem técnico. E há uma revista da ABERT, desculpem-me, da ASTRAL — eu trabalhei na ABERT antes e fiz a revista, por isso o ato falho — em que a gente conta melhor tudo isso.

Então, o acordo que a gente faz com as Assembleias prevê essa expansão para o interior. Quem faz o gerenciamento nos Estados são as Assembleias, porque a gente não teria condições de falar com todos os parceiros locais. Os acordos no interior hoje são assinados só por Câmara, Câmaras Municipais e Assembleias, porque a gente ainda está amadurecendo esse acordo com o Senado, para também ser carregado por essa rede nacionalmente.

Então, os investimentos são feitos dessa forma. A Câmara e o Senado investem nas capitais. Temos o canal e o sistema de transmissão nosso. A Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal custeiam a operação e a manutenção. No interior, a Câmara dos Deputados tem o canal. A Assembleia faz a gestão da rede e a Câmara Municipal faz o investimento e o custeio.

Aqui são cidades onde a gente já está em funcionamento, em fase de instalação, canais consignados, cerca de 60 canais hoje. Só um resumo: hoje nós estamos em 20 cidades em sinal aberto. São cerca de 42 milhões de brasileiros vivendo sob a cobertura desse nosso sinal. Então, conseguindo ter TV digital ou comprando um *set-top box* eles podem nos assistir.



A Patrícia já falou da demanda gigantesca que a gente tem lá no Ministério de canais de TV digital e também de rádio, porque a gente também vai montar uma rede de rádio legislativa.

Faço aqui uma referência à portaria, porque tudo isso foi criado com base nessa faixa de 60 a 68, que nos dava prioridade de uso — não vou nem falar em exclusividade, mas pelo menos prioridade de uso — para televisão digital pública. Então, vocês imaginem a instabilidade que gerou para a gente essa mudança. Nós ficamos 3 meses atônitos, sem saber o que íamos fazer e decidimos tocar o projeto como ele ia sendo feito, diante das garantias que a ANATEL e o Ministério nos davam de que os nossos investimentos seriam respeitados, de que não haveria prejuízo para o poder público.

Eu vou pular essa parte do VHF alto, que não é tão importante, da qual não se falou tanto hoje aqui. Sobre os nossos pleitos, a Câmara dos Deputados queria a destinação de um canal em UHF para essa rede. Isso foi conquistado, a gente está participando de todas as reuniões de realocação dos canais e realmente não temos tido problema, temos conseguido ficar dentro da faixa útil que vai continuar com a radiodifusão.

Temos essa outra questão que é a garantia prevista em contrato de que os custos da transferência dos canais da Rede Legislativa sejam arcados pelo comprador da faixa. Isso também a gente viu entre as premissas do Ministério, e nos traz um conforto para podermos continuar avançando com a rede.

Hoje eu sou a coordenadora dessa Coordenação de Rede de Rádio e TV. Para maiores informações, podem me procurar. E mais uma propaganda que eu faço: eu trouxe um livreto, que é um livro-relatório de uma integração que a gente fez do Setor de Comunicação da Câmara dos Deputados. A gente já está trabalhando com redações multimídia. Então, trouxe também esse relatório para vocês tomarem conhecimento desse processo de integração por que nossas mídias passaram nesses últimos 2 anos. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Obrigado, Evelin.

Eu vou agora solicitar aos integrantes da Mesa que, por favor, permaneçam aqui entre nós. Podem ocupar as primeiras cadeiras do plenário. Vou, imediatamente, chamar à Mesa os componentes do segundo grupo de expositores.



Quero chamar, então, o Sr. Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da ABERT — Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão; o Sr. Pedro Osório, Presidente da ABEPEC — Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais; o Sr. Alexandre Kieling, da ABTU; o Sr. Fernando Ferreira, da ABRA; e o Sr. Mário Jéfferson Leite Melo, Presidente da FRENAVATEC — Frente Nacional pela Valorização das TVs do Campo Público.

Concedo a palavra ao primeiro expositor, Daniel Slaviero, representando a ABERT, por 10 minutos, como já foi aqui dito.

**O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO** - Muito boa tarde, Sr. Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Deputado Jorge Bittar. Em seu nome, cumprimento os demais Parlamentares aqui presentes, em especial a Deputada Luiza Erundina, por ser autora do requerimento e por trazer à tona essa discussão da faixa de 700 no momento absolutamente importante e prioritário que nós estamos vivendo.

Quero, rapidamente, falar sobre a ABERT, que é a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, há 51 anos representando a radiodifusão livre, aberta e gratuita. Nós somos hoje um pouco mais de 2.700 emissoras de rádio e quase 250 emissoras de televisão, além de 21 associações estaduais.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A essência e o resumo executivo dessa nossa apresentação e dessa nossa manifestação, Deputado Sandro Alex, está contida aqui nesse eslaide. O Conselheiro Marconi Maya e a Secretária Patrícia Ávila reforçaram o compromisso público que o Governo tem, o Ministério das Comunicações e a ANATEL, nessadiscussão da faixa de 700 para com a radiodifusão. E esse compromisso está calcado — e o Nelson Breve colocou muito bem — em dois pontos.

O primeiro é que a radiodifusão não ficará sem o espaço para os seus canais, mesmo não contando com a faixa de 700 e que essa cobertura no digital será equivalente a sua cobertura analógica. Aí é o que nós chamamos, e que o conselheiro da ANATEL expôs muito bem, de replanejamento. No entanto, esse é um processo que está em evolução.

O próprio conselheiro disse que já têm sido feitas inúmeras reuniões, mas a previsão do término desse trabalho será apenas no mês de novembro. E ainda



faltam obviamente serem publicadas as consultas públicas para que haja espaço de manifestação e, eventualmente, um ou outro radiodifusor que se sinta prejudicado possa se manifestar. Ou seja, o processo de replanejamento é um processo que ainda está em andamento, não foi concluído.

O segundo ponto é a preocupação das emissoras de televisão em relação à interferência. Recentemente vimos, na própria imprensa, matéria dizendo que os estudos mostram uma interferência do serviço de radiodifusão no serviço de telefonia móvel e vice-versa. E, nos países que foram adotados, as medidas de mitigação dessa interferência têm custos, e há inúmeras iniciativas bastante significativas. O que ocorre — e esse compromisso público tem sido reiterado várias vezes — é que isso tem dado uma tranquilidade ao radiodifusor.

O fato novo é que a ANATEL pretende votar a destinação da faixa de 700 para o serviço de telefonia móvel na próxima quinta-feira, dia 17. Essa é uma medida sem que esses fundamentos, sem que essas duas premissas e sem que a real dimensão desses problemas esteja devidamente quantificada. E, no nosso entendimento, Deputado Bittar, isso é inaceitável, é colocar a televisão aberta brasileira sob um risco inaceitável, uma vez que as medidas necessárias são para que não haja essa interferência e para que a segurança também que caberá a todas as emissoras de televisão sem a referida faixa possam ocorrer.

Nós trazemos aqui uma manifestação, Deputada Luiza Erundina, de extrema preocupação, um alerta para que isso envolva também esta Comissão e para que a Secretária Patrícia Ávila leve essa preocupação ao Ministro das Comunicações. Se houver a votação da destinação da faixa, que é dizer: esta faixa não serve mais para o serviço de radiodifusão e será utilizada pelo serviço de telefonia móvel, haverá uma quebra de confiança nas relações entre o setor de radiodifusão e o governo, como vem sendo conduzida nos últimos meses. Então, pedimos que a Secretária Patrícia Ávila leve a preocupação ao Ministro de que, ocorrendo a destinação e a votação na próxima quinta-feira, haverá uma quebra de confiança nessa relação junto ao setor de radiodifusão.

Dito isso, só reforçando a presença e a importância da televisão aberta no contexto brasileiro, cobrindo 97% dos domicílios, se compararmos com a TV paga e a Internet, é uma penetração absolutamente sensível e mostra que por mais que



haja um crescimento nas classes A, B, as classes C, D e E continuam tendo na televisão aberta, analógica e futuramente digital, como o Presidente da EBC, Nelson Breve, colocou aqui, a sua principal fonte de informação, cultura e entretenimento no País.

Já foi exposto o que é o espectro hoje e qual é a fatia para a radiodifusão, quais seriam os Canais 52 aos 69 para a telefonia móvel.

Aqui temos, como foi mencionado, que o processo de replanejamento está em curso. Ou seja, os primeiros resultados são positivos, mas ele é um processo em curso. Ainda não temos as garantias (*inaudível*) que a radiodifusão caberá em todas essas cidades no Brasil, e isso se dará ao final do processo interno da ANATEL, mas especialmente ao final do processo de consulta pública. O próprio conselheiro disse que a reunião de Santa Catarina, por exemplo, está ocorrendo durante esta semana. Ou seja, o processo interno só terminará em novembro e ainda necessitará de todo o processo de consulta pública.

Com relação à questão das interferências — e nós, ao final, teremos um vídeo para demonstrar quais são os efeitos práticos e como afetam a televisão brasileira —, três entidades buscaram estudos. A primeira foi o SINDITELEBRASIL, que contratou o CPQD e terminou seus estudos, ainda não divulgados publicamente, no mês de maio. A SET, que é a Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão, contratou o Mackenzie. O término desta primeira fase dos relatórios, dimensionando exatamente qual a interferência, está previsto para novembro. E a ANATEL, por incrível que pareça, ainda fará os testes em dezembro. Ou seja, mostra que essa disposição de colocar em votação a destinação, na próxima semana, em meados de outubro, é completamente inadequada com o trabalho técnico que vem sendo desenvolvido pelas agências.

Só ressaltando, a Secretária Patrícia Ávila manifestou aqui, Deputado Bittar, há pouco tempo, que não será outorgado nenhum canal novo para a radiodifusão enquanto não for concluído o replanejamento da ANATEL, o que é perfeitamente razoável e compreensível. Por outro lado, será destinada a faixa para telefonia móvel sem ter concluído o mesmo replanejamento que serve como base para as duas medidas. Ou seja, é um tratamento anti-isonômico, no nosso entendimento, entre as emissoras de televisão e as empresas de telefonia.





Nos países onde já foram feitos exaustivos testes, como é o caso do Japão, há mais de 2 anos, provou-se que existe solução para as questões de interferência, mas são medidas complexas e custosas. No caso do Japão, estima-se 3 bilhões de dólares. Desde 2012, todos os aparelhos produzidos naquele país já contêm um filtro contra interferência. Serão necessários filtros de interferência em todas as estações base que transmitirão sinal 4G. E todo esse processo, ainda sem definições, sem um norte e sem um dimensionamento claro, está querendo ser feito no Brasil sem esse processo estar concluído.

Na Inglaterra, um outro exemplo da questão da interferência, foi criado inclusive um órgão estatal com orçamento de 180 milhões de libras para cuidar exatamente da preservação da televisão aberta em relação a essas interferências que o sinal faz não só nos canais próximos, como o 50 e o 51, mas também ao longo de toda a faixa.

Então, para concluir a nossa exposição, Presidente Bittar, há um vídeo de 2,5 minutos que exemplifica e traduz a preocupação e a dimensão dos problemas que podem ocorrer, para implementação do 4G nessa faixa, sem que todos os degraus e etapas sejam resolvidas e equacionadas, e as medidas, pelo menos, estabelecidas e organizadas.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO** - Para concluir, este vídeo foi produzido pelas associações de emissoras de televisão na Europa, inclusive das televisões públicas. Isso mostra como a questão da interferência está sendo tratada nesses países. E o nosso entendimento, para reforçar aqui, é de que existem soluções onerosas, mas existem. A nossa crítica e preocupação é que haja destinação da faixa, haja adoçamento nessa decisão, sem ter todas as medidas quantificadas, organizadas e confortáveis, para que haja preservação deste que é o principal meio de informação, entretenimento e cultura do País.

Muito obrigado. *(Palmas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Obrigado, Daniel.

Farei uma pequena alteração na ordem, por solicitação do Sr. Pedro Osório, pois surgiu um imprevisto. Ele terá que falar e se retirar. Não participará da fase de esclarecimentos e eventuais debates.



Com a palavra o Sr. Pedro Osório, Presidente da ABEPEC.

**O SR. PEDRO OSÓRIO** - Boa tarde. Uma saudação especial à Deputada Luiza Erundina e ao Deputado Jorge Bittar.

Eu não trago exposição, mas tenho algumas considerações rápidas a fazer, e elas, de certo modo, se afiliam ao que disse aqui o Presidente da EBC e ao que acabou de dizer o Representante e Presidente da ABERT. Se uma dessas duas organizações, especialmente a ABERT, poderosa, tradicional e sempre ouvida, apresenta aqui preocupações desse gênero, pensem nas preocupações que a ABEPEC, que reúne as emissoras educativas, públicas e culturais, tem sobre este tema, considerando as suas limitações técnicas e financeiras e a diferença extraordinária que há entre o poderio de um setor de emissoras públicas e um setor de emissoras privadas. De certa forma, nós ficamos um pouco tranquilizados e satisfeitos com a ratificação aqui da afirmativa do Ministério das Comunicações de que há garantia de colocação dos canais e de que os custos serão ressarcidos ou subsidiados, quando isto acontecer e quando esses investimentos forem necessários.

A ABEPEC acompanha o Grupo de Trabalho 700 MHz, tecnicamente, de forma não integral devido às nossas limitações, mas já o nosso diretor técnico assinala com muita ênfase o que foi dito aqui sobre a possibilidade de interferência e as muitas situações inusitadas e imprevistas devido às condições topográficas, às condições climáticas, à colocação de antenas e celulares, etc. O cenário que se desenha, posteriormente a essa realocação de canais, é um sinal de muitas dificuldades técnicas e de muitos imprevistos. Isso, evidentemente, vai refletir de forma potencializada, na área pública, devido às características e às limitações que temos.

Nós queremos usar, portanto, esta manifestação para chamar atenção sobre a necessidade dessas providências que estão sendo relativamente tomadas. Há necessidade de implantação de banda larga. Há o avanço neste sinal. Que elas sejam acompanhadas também por um olhar mais político, no sentido amplo da palavra, sobre a importância do campo público da comunicação e a necessidade de sustentá-lo e de apoiá-lo com medidas que, na minha opinião, até então não vêm sendo tomadas. O campo público apresenta determinadas dificuldades para se



colocar nesse cenário novo, mas, se ele as apresenta, ele as apresenta por uma ausência de políticas públicas que o fortaleçam. Há uma indefinição quanto ao financiamento, e esse é um tema que está em questão. Há uma indefinição quanto à multiprogramação. Nós reivindicamos a utilização da multiprogramação para os nossos canais. Sabemos que isto é legalmente e tecnicamente possível. E nós achamos que o campo público tem que ser alvo de um marco regulatório, ainda que voltado especificamente para o campo público, normatizando e estabelecendo um padrão de organização e de posicionamento das emissoras públicas neste País, porque elas sofrem de uma diferença abissal entre as emissoras de vários Estados que se regem por normas às vezes muito próprias de determinada inflexão governamental, administrativa ou jurídica. Portanto, achamos que essas medidas que vêm sendo tomadas terão repercussões que nós ainda não conseguimos avaliar adequadamente.

Eu vejo que não falo sozinho aqui, mas elas deveriam ser acompanhadas também por medidas que posicionassem o campo público de modo que ele possa exercer sua complementariedade e possa fazer valer na sociedade brasileira características que, com todo respeito, o diferem da iniciativa privada. Isto é, uma possibilidade de estabelecer rede com maior liberdade. Não nos regemos pelo lucro. Nada contra o lucro, mas é importante dizer que a radiodifusão pública se move em favor do conhecimento e em favor da informação e do entretenimento com características diferenciadas da iniciativa privada que a coloca em uma situação de potencial de formação da cidadania e da identidade brasileira, do espírito nacional, de um modo muito próprio.

Além disso, as emissoras públicas estão, em boa maioria, submetidas ou aptas a serem submetidas a um controle público, à participação da sociedade na sua programação. Portanto, a ABEPEC reivindica que, paralelamente a essas medidas estritamente técnicas, seja feita também política e que as políticas públicas de comunicação possam contemplar de forma efetiva as emissoras educativas e culturais, que são 24 hoje no País, o que não vem acontecendo. Um exemplo claro disso é o fato de não estarmos integrando o fórum da TV digital. E a ABEPEC passa a participar do GT que discute a realocação das faixas em uma outra audiência pública que aqui ocorreu quando então reivindicamos esta participação.



Minha manifestação, portanto, tem este caráter e teve esse propósito de chamar atenção do Governo para as autoridades responsáveis. Primeiro, estas mudanças implicam em decorrências tecnológicas que não estão perfeitamente claras e que colocam as emissoras do campo público num cenário altamente indefinido e impreciso. Considerando as características atuais das emissoras do campo público, nos leva a crer que corremos o risco de enfrentar seriíssimas dificuldades apesar desta afirmativa do Ministério das Comunicações que seremos realocados e os custos serão ressarcidos. De outra parte, quero chamar a atenção do Governo para a necessidade de que, ao lado dessas medidas que são relevantes, sejam implementadas políticas que fortaleçam o campo público.

É isto. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Agradeço ao Sr. Pedro Osório pelas palavras.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Alexandre Kieling, da ABTU, por 10 minutos.

**O SR. ALEXANDRE KIELING** - Obrigado. Boa tarde aos senhores. Inicialmente, gostaria de saudar o Deputado Bittar, a Deputada Erundina e saudar, em nome da ABTU, os demais Deputados. Agradeço a oportunidade, sobretudo a sensibilidade, Deputado, de tratar esse tema, trazer esse tema à discussão e fazer com que haja, no âmbito deste Parlamento, uma intervenção nesse processo que nos parece que não é um processo técnico; é um processo que está sendo tratado no âmbito político.

Na ABTU, nós contamos com colegas de diversas áreas, da área de tecnologia, tanto de engenharia quanto informática e telecomunicação, os colegas da comunicação. Em nenhum dos campos de pesquisa, há qualquer subsídio que permita que a gente possa com tranquilidade afirmar que esse movimento é seguro, e, mais ainda, que a alocação do 4G nessa faixa será eficiente. Então, não há no âmbito da academia nenhum estudo, até agora, com segurança, que permita que se faça essa afirmação. Então, do ponto de vista da ABTU, esta não é uma questão técnica, porque tecnicamente ela não está resolvida. Então, ela é uma questão política.



Gostaria de destacar aqui que a nossa manifestação não tem nenhuma objeção ou posicionamento contrário às telecomunicações. Nós entendemos que também fazem parte dessa lógica aspectos econômicos — eu diria parcialmente econômicos —, porque a gente está tratando apenas de um segmento e não de todo o segmento que trabalha com a produção e distribuição de conteúdos. E quando se trabalha com a lógica parcial de economia, então, volta-se, de novo, para a perspectiva política, e não para uma perspectiva que envolva, do ponto de vista social, do ponto de vista cultural, a dimensão da sociedade brasileira.

Por essa razão, a ABTU, depois de uma longa discussão, entendeu que deveria elaborar um manifesto e é esse manifesto que eu vou ler, que foi elaborado pelos diversos colegas. Eu gostaria de dizer que eu sou conselheiro da ABTU e estou aqui, então, numa missão que me foi atribuída pela diretoria e pelo conselho da ABTU. Por ironia, eu vou usar aqui uma conexão 2G Plus, que funciona em 2G Plus, mas dizem que é 3G.

*“Nesse momento em que se discute o uso das radiofrequências na faixa de 698 MHz a 806 MHz, fica demonstrado mais uma vez o desmonte de uma TV pública gratuita e acessível em detrimento de serviços pagos, inacessíveis à maioria da população e que não atendem aos princípios estabelecidos para a produção e a programação de TV que constam no art. 221 da Constituição brasileira.*

*O espectro eletromagnético é um bem finito e a decisão de sua utilização não deve ser pautada apenas por fatores parcialmente econômicos.*

*A TV pública aberta e gratuita presta serviços que o 4G e o wi-fi não conseguem prestar, como a disseminação sem ônus, para o Estado e para a população, de campanhas sociais, de saúde, a difusão das culturas locais e regionais, o apoio à educação formal e não formal e a democratização da informação.*



*Com um compromisso com a TV pública brasileira, uma das bandeiras do atual Governo Federal, esse compromisso, infelizmente, está sendo rasgado. As necessidades do segmento, referendadas em dois fóruns nacionais de TVs públicas e na Conferência Nacional de Comunicação estão sendo ignoradas, suprimidas e alijadas.*

*A ABTU se declara fortemente contra a transferência da faixa de frequências de 700 MHz, destinadas originalmente aos canais públicos de televisão, à exploração privada de empresas de telecomunicação. Reforça que, se isso vier a acontecer, a decisão afetará profundamente de modo negativo todo o campo público da televisão, lembrando que já foram licitadas anteriormente duas frequências para esta finalidade, a de 450 e a de 2.5.*

*O Brasil deve retomar com urgência o projeto de um forte sistema nacional de televisão pública diversificado, plural e efetivamente comprometido com o aprimoramento da cidadania e da democratização da comunicação no nosso País.”*

Sr. Presidente, era o que a ABTU gostaria de dizer. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Agradeço ao Sr. Alexandre Kieling.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Fernando Ferreira, pela ABRA.

**O SR. FERNANDO FERREIRA** - Obrigado, Vice-Presidente da Comissão, Deputado Jorge Bittar, obrigado também à Deputada Luiza Erundina pela convocação e pela pertinência do tema.

A minha formação é de engenheiro, e exerço essa profissão, engenheiro de televisão, há mais de 33 anos. Quando entrei hoje nesta Casa, encontrei com o Daniel Slaviero e estava dizendo a ele sobre a minha preocupação e a pertinência de se tocar nesse tema neste momento.



Antes de começar a apresentação, que é breve, quero dizer que estive há 3 semanas num evento chamado IBC. IBC é o grande evento de televisão e rádio na Europa. Ele aconteceu em Amsterdã — acontece todos os anos — e é o equivalente da NAB que acontece nos Estados Unidos. O grande tema do IBC deste ano foi exatamente a discussão da faixa dos 700 M, que também as operadoras de banda larga e de telefonia desejam explorar nessa faixa. E, como se sabe, na Europa, foram todos para a faixa de 800, mostrando — e a gente teve a oportunidade de assistir a mais do que um debate — a pertinência desse momento, da discussão disso e os prejuízos que isso pode trazer para a televisão.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Então, como primeiro tema diria que a gente precisa respeitar a televisão aberta, e não é porque ela é televisão, mas porque ela leva o sinal livre, aberto e gratuito para a maioria da população e é a forma que a população tem de entretenimento, de divertimento e de informação. Não vou ser exaustivo nesse ponto, nesse tema.

Aqui eu mostro, na televisão analógica, quantos canais a gente tinha disponíveis e, para a televisão digital, quantos canais, nesse novo momento, com dividendo digital, ficarão disponíveis para a televisão.

Existe a facilidade, como disse o Conselheiro Marconi, de poder alocar canais um ao lado do outro, na tecnologia digital. Em compensação, também disse o Conselheiro Marconi — e eu fiquei bastante preocupado — que a partir de 2020 já existe um planejamento maior, de mais canais, de mais frequências destinadas para a banda larga.

Se a gente olhar nessa coluninha aqui de baixo, nessas duas linhas, a gente vai ver lá na direita o seguinte: essa era uma faixa que hoje o celular ocupa — aquela faixa amarela. Isto foi de televisão, de repetição de televisão, e que já foi alocado para a telefonia, para as operadoras de celular. E, agora, há um avanço nessa outra faixa. Eu espero, Conselheiro Marconi, que não aconteça no País o tal segundo dividendo digital que já se ouve falar, que é um avanço para cima, para mais canais de televisão.

Já foi, aqui, exaustivamente falado, quer dizer, já vem acontecendo e está acontecendo esta semana a reconfiguração desses canais de televisão digital para



todo o País. Já aconteceu em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal, Espírito Santo, Paraná, Minas, e está acontecendo em Santa Catarina esta semana. E até agora não tivemos a publicação disso. Eu acho que este é o primeiro ponto.

Já tive oportunidade de falar com a Secretária Patrícia e também com o Conselheiro Marconi sobre a necessidade de se priorizar a radiodifusão, de a televisão ter essa canalização publicada, para termos um instrumento jurídico que nos garanta, que nos dê força com relação à disponibilidade desses canais e até um planejamento. Como vamos instalar equipamentos para a Copa do Mundo, se não tivermos ainda definição sobre canalização, qual será o canal para cada emissora de televisão e como será esse compartilhamento? Esse é o primeiro ponto.

Tive oportunidade — faço parte da SET — de conversar na ANATEL. Tivemos a satisfação de ser recebidos por todo o conselho. Pudemos expor a necessidade disso e também o segundo tema que vamos tratar agora: a possibilidade de interferência nessa convivência de televisão digital e de banda larga.

O Conselheiro Marconi mencionou a proposta de consulta pública que foi publicada. A única novidade que há nessa consulta pública, além do que já foi falado até agora, é exatamente essa sinalização amarela. Ali em cima, temos do Canal 50. Para frente, continua sendo televisão do 14 ao 50, e onde está o azul é onde serão as transmissões da banda larga. Os amarelos são chamados de banda de guarda. São intervalos para não ter interferência num e noutro. E aqui é que começa a acontecer o problema de interferência, é nesse ponto dessa pequena banda de guarda existente entre o Canal 51 e o início da operação da telefonia com banda larga. Aqui é que começa a acontecer o problema.

Como também já foi mencionado aqui, a SET, o SINDTELEBRASIL e a ANATEL estão fazendo esforços para verificar esses riscos de interferência e até onde isso vai acontecer.

Rapidamente, quais são os modelos de interferência que podem ocorrer? Podem ocorrer — e aqui olhando o chapéu de televisão — quando as antenas de banda larga ficam muito próximas a antenas de televisão, de recepção coletiva de prédios. Isso ocorre em várias situações, seja em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, em qualquer cidade do País, ou aqui, neste caso, quando antenas de





celulares são colocadas frontalmente a prédios onde existem os televisores. Acho que o vídeo que o Daniel Slaviero apresentou é muito elucidativo e mostra exatamente o tipo de interferência que ocorre. Não só nesses casos, também o celular é provocador de interferência. Na semana passada, alguém me disse: *“Ah, mas hoje o Brasil tem “x” milhões de assinantes de televisão paga”*. Eu vou dizer para os senhores que também quem recebe televisão paga via satélite vai ser interferido, porque os receptores de televisão via satélite estão recebendo o sinal do ar de cada emissora, em cada localidade, e, nesse sinal, também pode ser interferido pelo celular. Então, o próprio aparelho de celular pode interferir em antenas coletivas, em antenas de recepção de casa ou no próprio televisor.

No caso do Japão — a desvantagem de falar depois é que eu não tinha combinado nada com o Daniel e estou falando a mesma coisa —, eles tomaram alguns cuidados muito grande. Além do custo para colocar esses filtros para evitar isso, a instalação de banda larga não avançou nada sem que isso esteja trabalhado, medido e sem que tenha sido quantificado o quanto vai custar para a população, e quem vai pagar essa conta.

Em função da relevância desses dois pontos, eu os resumi em duas solicitações que a gente pode e deve fazer neste momento. A primeira é que não seja publicado nada, nenhuma regulamentação de banda larga, até que a gente tenha, em primeiro lugar, o planejamento de canais de televisão. Que isso tenha sido acomodado dessa forma. Qual será a acomodação? Fiquei preocupado quando o Conselheiro Marconi também mencionou que o Conselheiro Relator, Dr. Zerbone, já está com isso pronto para ser relatado na próxima semana. Eu acho que esse é um ponto. Ou seja, a canalização de televisão precisar ter claramente definido como será e como vai ficar.

O segundo ponto é que sejam concluídos esses estudos de interferência. Também na semana passada, uma pessoa me perguntou: *“Vocês não estão sendo muito alarmistas?”* Não. Estou sendo realista. O nosso compromisso, a nossa responsabilidade deve ser mostrar a possibilidade que se tem e que se pode trazer para a televisão aberta. Eu acho que isso tem de ser compartilhado. E também deveria ser sustado qualquer avanço no planejamento da banda larga sem que a



gente tenha uma conclusão, sem que a gente saiba qual a solução e como será feita essa solução para resolver o problema desse compartilhamento, dessa convivência.

Eu acho, finalizando exatamente no meu tempo, que devemos ter o compromisso de respeitarmos a forma de entretenimento do povo brasileiro.

Muito obrigado, Deputado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Agradeço ao Sr. Fernando Ferreira por sua exposição.

Passo imediatamente a palavra ao Sr. Mário Jefferson Leite Melo, Presidente da Frente Nacional pela Valorização das TVs do Campo Público — FRENAVATEC.

**O SR. MÁRIO JEFFERSON LEITE MELO** - Obrigado. Agradeço ao Deputado Bruno Araújo e à Deputada Erundina, autores dos requerimentos que permitiram que tivéssemos essa audiência pública; ao Deputado Paulo Abi-Ackel, que nos convidou e ao Deputado Jorge Bittar, com quem temos tido o prazer de conversar muito sobre a questão das TVs do campo público.

Nós participamos dos fóruns das TVs do campo público, do primeiro e do segundo, da conferência. Lá atrás, havia algumas promessas do Governo, para com as TVs do campo público, de regularizar a situação, de organizar a questão da comunicação no Brasil. De que forma? Até surgiu uma piada num plenário: essa questão da comunicação no Brasil é um caso de infidelidade entre o marco e a norma. Enquanto não tivermos um marco regulatório e as normas não forem definidas, vamos ficar correndo atrás do rabo.

Temos conversado bastante. Somos o primo pobre das TVs. Somos as TVs comunitárias, que nem TVs somos. Como a própria Dra. Patrícia colocou aqui, existem as TVs estatais e as TVs comerciais. E a TV comunitária? E a TV universitária? E a TV educativa? E a TV cultural? Não existimos. Aliás, não somos TV, porque nós somos um acesso condicionado. Nós queremos, sim, ser TV. Nós queremos ir para o sinal livre.

Quando o então Ministro Hélio Costa trabalhou a questão do sistema digital brasileiro, ele usava como argumento, sim, que tinha de haver uma limpeza no espectro e que a faixa de 700 MHz seria destinada às TVs do campo público. Falava em Canal de 62 a 69.



Eu estive, sim, na assinatura daquele decreto. Conversei com o então Presidente Lula, conversei com a então Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. E todos eles foram unânimes em afirmar que nós não seríamos ludibriados, todos eles, Dilma, Lula, Hélio Costa. Hoje, traçando um paralelo, eu estou me sentindo como aqueles moradores do Pinheirinho, em São José dos Campos. Houve uma negociação do Governo dizendo que eles não seriam despejados e eles foram brutalmente despejados. E a coisa só não tomou proporções maiores graças às mídias alternativas, porque a mídia comercial varreu para baixo do tapete. Ocorreram duas mortes e ninguém falou das mortes. Família foi estuprada pela ROTA, pela Polícia Militar, e ninguém falou sobre isso.

Hoje, trouxemos para cá um vídeo em que colocamos essa história, um ano e meio depois. Quero passá-lo às mãos do Deputado Jorge Bittar, colocando o dedo na ferida, estabelecendo exatamente esse interstício entre a traição que esse povo sofreu e a traição que estamos sentindo na pele. Nós estamos nos sentindo traídos quando nos foi prometida uma faixa e não nos está sendo dada. E pior: o argumento que existe é que essa faixa seria limpa por 4G por causa da Copa. Pelo menos é o que temos ouvido. Nós precisamos de uma grande tecnologia para a Copa do Mundo. Ora, nem a 3G está funcionando, nem a banda larga está funcionando. Nós temos uma Internet de péssima qualidade, o sinal cai, não chega a todos os lugares, não dá nem para colocar bombрил na antena para aumentar o sinal. E agora vamos falar em 4G, em aumentar a tecnologia?

Nós não somos da área técnica, mas nos espantou aqui, por exemplo, a colocação da ABERT. Se ela está preocupada, imaginem nós, de Taubaté, de Feira de Santana, do Mato Grosso do Sul, do Rio Grande do Sul. Imaginem nós. Se eles estão preocupados, nós estamos apavorados. Esse é o termo.

Eu não sei aonde tudo isso irá nos levar. Tenho conversado bastante com Marconi, que, honra seja feita, tem nos recebido; com a Evelin, com o Alexandre da ABTU. O Nelson Breve, da EBC tem nos recebido. Vários companheiros têm conversado conosco, porque nós não temos o que gastar. A TV do campo público não dá voto. Não tem dinheiro para financiar campanha, mas temos sola de sapato para gastar e saliva. Enquanto não nos for dado voz e vez, nós estaremos, sim, ocupando todos os espaços a nós destinados para mostrar nossa insatisfação.



Não sou engenheiro, não sou formado em engenharia, mas a ninguém é dado o direito de ser ignorante. Então, a gente procura conhecer. Eu fiquei sabendo sobre o dito 4G. Por que dito 4G? Porque, na realidade, é um *Fake*. Segundo a especificação de 3GPP/LTE, só existem quatro canais especificados, dois de 10 MHz de largura, um de 12 MHz e um de 17 MHz. Com 17 MHz, segundo os entendidos, consegue-se 85 *megabytes* por segundo em cada setor coberto por uma ERB, o que, segundo especialista, é um valor inferior à especificação em MT do 4G, que exige 100 megabytes por usuário. Mas esses são detalhes. A maior parte da população, eu inclusive, que vive sendo enganada por propagandas enganosas, nem vai perceber isso de tão ruins são os nossos serviços de telefonia.

O Governo quer ficar com a banda larga para o 4G. Eu acho que aqui há uma mistura de fatores. O principal é a insegurança do Governo, o medo que eles têm da telefonia não funcionar na Copa. As obras estão atrasadas. Por que eu digo isso? Segundo informações, só para limpar a faixa dos 700 MHz, serão necessários 6 bilhões. Quem vai pagar essa conta? Vai estar no edital da ANATEL, Marconi, para as teles pagarem essa conta?

Eu sei que quando o Governo decide, decidido está, e nós não podemos fazer mais nada, temos de sentar e chorar. Mas lanço aqui um apelo para que no edital — isso já foi discutido, inclusive com a ABTU, consta no relatório da ABTU —, ao menos o setor de telefonia, tenha como contrapartida instalar e operar numa rede de radiodifusão que possa ter os campos públicos e privados instalados no mesmo espaço, torre e antena, que é operador de rede. É uma discussão que temos travado muito com a EBC. O André Barbosa e o Nelson têm participado dessa discussão da questão do operador de rede. Ou, então, que o setor de telecomunicações desista da ação judicial contra o pagamento da contribuição de fomento à comunicação pública. Eles querem tudo para eles. Quando a TV do campo público consegue um fomento, eles entram na Justiça. Já ganharam na Primeira Instância, a coisa continua. Então, que eles abram mão para que as TVs tenham recursos e possam avançar.

Nós fizemos muita gestão quando era PL, quando foi para o acesso condicionado. Criou-se a Lei 12.485, que foi o nosso atestado de óbito. As TVs comunitárias morreriam asfixiadas, porque não conseguiriam sobreviver; ninguém



previa de onde viriam recursos para que se mantivessem. Conseguimos articular junto à ANCINE e, aí sim, saiu a Portaria nº 100, que nos permitia receber pelo menos verba institucional. Só que o Governo não nos manda verba institucional, não recebemos um centavo.

Já notificamos a SECOM, a Ministra Helena Chagas, e não vai nada para as TVs do campo público. A PETROBRAS, agora, completa 60 anos, mandou mídia para todas as TVs comunitárias e nem um abraço.

Voltando ao assunto, acho que se não partirmos para a questão do marco regulatório das normas pertinentes sobre esse caso, vamos continuar nadando, nadando e morrer na praia.

A Frente tem feito um trabalho magnífico em relação a isso, temos honra, orgulho em pertencermos à FRENAVATEC, à Frente Parlamentar de Direito à Comunicação. A Deputada Luiza Erundina tem sido nosso baluarte nessa questão, tem nos apoiado, nos incentivado e aberto a porta para que possamos falar.

Ainda não consegui uma audiência com a Patrícia, mas vou conseguir, porque sou persistente. Ela sabe, já nos falamos por telefone, por *e-mail*, mas infelizmente ainda não nos falamos pessoalmente, mas vamos nos falar.

Desculpem-me. Agradeço a todos a paciência.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Agradeço ao Sr. Mário Jéfferson Leite Melo.

Esta encerrada a fase de exposições dos nossos convidados. Vamos ao Plenário.

A Deputada Luiza Erundina será a primeira a fazer uso da palavra. O Deputado Bruno Araújo não se encontra presente, estando inscrito apenas o Deputado Sandro Alex, a quem passarei a palavra após a Deputada Luiza Erundina. Depois franquearei a palavra aos nossos convidados, para que possam fazer observações em função do que foi dito aqui e do que será também objeto de pronunciamento de nossos Parlamentares.

Com a palavra a Deputada Luiza Erundina, autora do requerimento.



**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quero saudar os convidados e agradecer a eles pela excelente contribuição que trouxeram, cujos argumentos são absolutamente convincentes para agravar a nossa preocupação diante desse problema.

Logo que ocorreu aquela audiência pública, convocada pela ANATEL, em março deste ano, nós ficamos preocupados com o que poderia acontecer com o campo público das comunicações, que, numa democracia, deve estar na linha de frente das prioridades do Governo, do ponto de vista de uma política de comunicação.

Por outro lado, os argumentos que os senhores trouxeram aqui recomendam uma atitude mais soberana desta Casa em relação a essa questão.

Ao final da minha fala — serei muito breve, não vou levantar questionamentos —, vou propor ao Presidente dos trabalhos que encaminhem uma iniciativa da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática junto ao Ministério das Comunicações e junto à ANATEL, porque nós não vamos aceitar ficar assistindo, acompanhando à distância, ao que estaria se efetivando proximamente, e nos assustou, pois já se vai tomar uma decisão, quando esta Casa sequer foi consultada.

Isso aconteceu quando da discussão do padrão digital japonês, na época da TV digital. Esta Casa ficou absolutamente omissa, ausente e sem nenhum papel junto ao Governo. É claro que a prerrogativa é do Poder Executivo, mas numa democracia os Poderes dialogam e se ajudam em decisões estratégicas como essa que estamos discutindo aqui.

Lamentavelmente, a Casa, o Congresso Nacional ficou absolutamente ausente, omissa, e o próprio Conselho de Comunicação Social, que é a única instância de participação da sociedade civil, que estava desativado na época, participou daquela decisão ou pelo menos daqueles debates sobre o padrão japonês de digitalização do sistema de televisão no Brasil.

Dessa vez não vai acontecer, porque nós não vamos deixar. Hoje de manhã mesmo, tivemos uma audiência pública muito importante sobre o padrão de digitalização de rádio.



Diferentemente do caso do modelo japonês, na época, nós estamos há 2 anos, inclusive esta Casa tem uma Subcomissão, presidida pelo Deputado Manoel Junior, tendo como Relator o Deputado Sandro Alex, produzindo análises, propostas, construindo um relatório na Subcomissão; há um Conselho Consultivo da Rádio Digital funcionando no âmbito do Ministério das Comunicações, com a participação da sociedade civil, dos empresários e de quem tem a dizer sobre essa decisão também importante do padrão de digitalização do rádio no Brasil, tendo em vista as várias modalidades do campo da comunicação pelo rádio. E não pode ser o único padrão, por mais eficiente que seja, porque não atenderia à diversidade da situação de um país continental, além dos vários modelos que operam o serviço de rádio comunicação no Brasil.

Nós estamos participando ativamente desse debate, e a Câmara dos Deputados, por intermédio desta Comissão, está tendo um papel decisivo para a tomada de decisão do Governo, que se dará não sei em que tempo. Não temos que precipitar essas decisões. Se não há uma segurança tecnológica, uma segurança econômica, uma segurança do sistema industrial, uma segurança política para uma decisão dessa natureza, não tem por que se precipitar e tomar uma decisão enquanto não houver absoluta certeza de que essa decisão é a melhor que se poderia tomar diante das condições que existem hoje.

Portanto, do ponto de vista da questão da digitalização do rádio, nós queremos adotar o mesmo critério e a mesma determinação de interferirmos nesse debate.

A minha proposta aqui, Presidente, é que encaminheemos formalmente, pela Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, junto ao Ministério das Comunicações e à ANATEL, uma observação de que a Câmara quer ser ouvida, que esta Comissão quer acompanhar os debates, não vai aceitar uma decisão tomada à revelia desta Casa. E esta Casa está se preparando, exatamente ouvindo os senhores, as entidades que têm acúmulo, que têm uma clareza, cada um no seu campo e na sua realidade. É isso que vai nos dar segurança e legitimidade para que possamos interferir nesse debate junto ao Governo.

Nós não vamos admitir — desculpem se estou usando de arrogância, mas é em nome da Instituição, em nome desta Comissão, que é séria, dedicada, que



estuda, é uma Comissão presente —, porque não é justo, nem vamos permitir, que uma decisão dessa ordem, com as implicações que tem, com o interesse público que está em jogo, seja tomada da forma como está sendo tomada, só numa visão tecnológica. Não sei se é só isso, porque há outras coisas que não alcançamos, mas não é possível aceitar, admitir que seja batido o martelo para essa decisão, agora ou quando for, sem que esta Casa seja ouvida, que é a Casa do povo e, se é a Casa do povo, tem que falar em nome do povo.

Nós estamos procurando nos cercar de todas as informações, de todos os elementos, que são esses que V.Sas. trouxeram, com muita competência, muita segurança e muita certeza. E, mais do que antes, já estávamos preocupados e decididos a intervir nessa questão, mais do que nunca depois desta audiência, que foi extremamente esclarecedora.

Está muito claro que uma decisão dessa ordem, da forma como se está dando, não é interessante para o País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Deputada Luiza Erundina, como Presidente desta sessão, quero manifestar minha total concordância com as observações de V.Exa., dado que o serviço de TV aberta é um serviço de fundamental importância para o nosso País, com tantos contrastes sociais e regionais. A TV aberta é realmente um instrumento de informação, de acesso a bens culturais importantes para a nossa população. Portanto, qualquer decisão que reserve faixas hoje destinadas à televisão aberta a outros serviços devem ser objeto de análises técnicas, de tal forma que se tenha absoluta segurança quanto à garantia de que teremos cobertura, qualidade de sinal e, portanto, qualidade de serviço na TV aberta brasileira. Nós, Parlamentares, temos o dever de acompanhar todo esse processo.

Nesse sentido, quero acolher aqui também as preocupações manifestadas pela Mesa, inicialmente pelo Daniel Slaviero, depois com a concordância de outros expositores, acerca da iminente decisão da ANATEL sobre essa questão.

Proponho, como Presidente desta Mesa, e tenho certeza, falando em nome do Deputado Paulo Abi-Ackel, que nós marquemos audiência com o Ministro das





Comunicações, Paulo Bernardo, e o Presidente da ANATEL, João Rezende, para que possamos externar nossas preocupações e agendar um calendário de acompanhamento desse processo decisório extremamente importante para todos os brasileiros e brasileiras.

Passo a palavra ao Deputado Sandro Alex.

**O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX** - Obrigado, Presidente Jorge Bittar, a todos os convidados e convidadas. Quero saudar a Deputada Luiza Erundina. Aliás, hoje, pela manhã, estávamos debatendo implantação do sistema de rádio digital, e a nossa preocupação, a preocupação da Deputada Erundina é justamente debater um assunto tão importante, que é o rádio, sem nos precipitarmos.

Eu disse pela manhã exatamente isso. Vejam, nós estamos fazendo o *switch off* da TV analógica do Brasil e ainda não introduzimos o rádio digital.

Permita-me, Deputada Erundina, mas precipitação é o que está acontecendo aqui, e na próxima semana haverá uma decisão em que se dará a faixa de 700 para o 4G. Essa, sim, é uma precipitação e eu falei sobre isso no Congresso da SET, em São Paulo, naquele momento em que nós cobrávamos, por parte do Governo, políticas que garantam que isso possa acontecer sem que a população saia prejudicada. Dois aspectos: primeiro, a interferência. Todos os estudos levam a grandes interferências e, mesmo assim, estamos indo para aquele caminho, mas tem interferência! Mas estamos indo para ele.

Segundo, nenhuma política pública poderá garantir que todo cidadão brasileiro vai ter acesso a essa tecnologia digital. Com essa antecipação, porque não foi flexibilização, quando você antecipa, não se pode dizer que é flexibilização, até porque tudo o que importa ao 4G vai ser desligado já, não em 2018.

Portanto, estamos antecipando e não estamos tendo, Deputada Erundina e Deputado Bittar, a garantia de que a população vai ter acesso a essa programação livre, pública, gratuita.

Essa grande conquista não pertence aos radiodifusores, pertence à população, e era já a nossa preocupação.

Aqui quero dizer que poderá sair uma decisão na próxima semana, mas que poderá não ser entregue, poderá ser destinada, mas não entregue. Cabe a esta Casa, Deputada Erundina, a análise e cabe também um projeto de decreto



legislativo — falei sobre isso em São Paulo — sustando a eficácia desse decreto, por extrapolar o poder de regulamentar.

Até existe a discussão se isso não deveria ser feito por lei, com a participação desta Casa e não simplesmente da maneira que foi feito.

Portanto, hoje a preocupação continua. Eu já tenho uma audiência pública para tratar especificamente do desligamento da TV analógica, marcada para o dia 22, nesta Comissão. Eu sei que a faixa de 700 é um assunto muito maior e que dentro desse assunto está o desligamento. Nós vamos abordar e, além das nossas presenças ilustres aqui, pediria que realmente tivéssemos o Ministro Paulo Bernardo e o Presidente da ANATEL presentes, porque é uma discussão importantíssima para o País. E nós precisamos ter aqui os dois grandes líderes para que possamos debater essa antecipação, esse desligamento que está iminente. Nós não temos ainda a certeza nem a possibilidade de dar à população esse acesso, porque a indústria não consegue atender a essa demanda em tão pouco tempo, entre outros aspectos que nós vamos debater na audiência pública.

Então, acredito que a próxima audiência, Deputado Jorge Bittar, será uma continuidade desta. A preocupação é que, no meio das duas audiências, nós tenhamos aqui uma decisão da ANATEL. Então, amanhã vamos à reunião da Comissão, Deputada Luiza Erundina. Acredito que temos que levar esse assunto ao Presidente Paulo Abi-Ackel, diante da iminência de uma decisão, antes da nossa audiência pública que tratará exatamente disso, no dia 22, se não me engano. Nós temos de ter uma cautela. Parece-me prudente termos cautela neste momento, e esta Comissão tem o dever de se pronunciar a respeito do tema e participar realmente dessa decisão em conjunto.

Muito obrigado.

**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Pois não, Deputada Luiza Erundina.

**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - Rapidamente, eu queria reiterar a proposta, acolher a proposta de V.Exa. de encaminhar o pedido de audiência. Isso antes que chegue quinta-feira, que é a data fatal.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Farei isso imediatamente após esta reunião, em nome do Presidente Paulo Abi-Ackel.

**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - Era isso, Sr. Presidente. Não vamos esperar outra audiência pública. Temos que fazer isso pessoalmente, um grupo de Deputados de vários partidos, para evitar que depois tenhamos que tomar outra medida para anular uma eventual decisão de um órgão que tem prerrogativa para isso. Vamos nos antecipar e evitar que a decisão seja tomada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Perfeito. Eu queria apenas fazer a seguinte observação, antes de passar a palavra à Patrícia, que tem também um compromisso e tem de se retirar. Eu queria registrar que há, sim, problemas técnicos de interferência pela destinação da faixa, hoje destinada à TV aberta, para o sistema de quarta geração, de serviço móvel pessoal. Quero apenas registrar que são problemas solucionáveis e podem gerar dispêndios elevados. O problema é quem paga essa conta, que serviços, que filtros devem ser colocados e de que natureza, com que qualidade etc e tal, para que a gente assegure que não haja nenhuma interferência, nenhum prejuízo à qualidade do sinal de TV aberta no País. Tanto é verdade que aqui foi exposto, tanto a ANATEL quanto o Ministério registraram todas essas garantias. Ocorre que essa decisão iminente da ANATEL, programada para a próxima semana, gerou certa intranquilidade. E é justamente sobre a intranquilidade dessa agenda decisória que iremos conversar com o Sr. Ministro Paulo Bernardo e com o Presidente da ANATEL, João Rezende.

A Sra. Patrícia Ávila está com a palavra.

**A SRA. PATRÍCIA ÁVILA** - Deputado Jorge Bittar, Deputada Luiza Erundina, Deputado Sandro Alex, eu queria agradecer pelas contribuições e dizer que estamos abertos ao diálogo. Estamos à disposição para conversar. É difícil fazer política pública, porque quando a gente fala da população, tem de haver um equilíbrio entre uma demanda por banda larga e a radiodifusão que está instalada hoje. Eu acho que é esse equilíbrio que a gente busca e isso a gente constrói no diálogo.

Apenas queria dar alguns esclarecimentos. O Canal da Cidadania hoje, em relação à fala do Mário, já permite que haja TVs comunitárias. É uma questão de parceria mesmo. Queria dizer também que no Ministério alteramos toda a norma que regulamenta televisão educativa e já damos prioridade às universidades. Então,



quando a gente solta um aviso chamando para outorga, a gente já dá prioridade à universidade, exatamente para poder ter essa expansão.

No mais, em relação as 700 e dividendo, trabalhamos para manter a televisão aberta, com a cobertura que ela tem hoje, e trabalha em parceria com a EBC, Câmara e Senado, para implementar essa televisão pública e também as educativas.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos. Dia 22, voltaremos para falar mais um pouquinho sobre a parte do desligamento propriamente dito.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Agradeço à V.Sa. a exposição. Sei que a senhora tem um compromisso com o próprio Ministro brevemente.

Com a palavra o Sr. Marconi, pela ANATEL.

**O SR. MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA** - Obrigado, Deputado Jorge Bittar. De uma forma indelicada, não tive oportunidade de cumprimentar a Deputada Luiza Erundina, a quem respeito muito, o Deputado Sandro Alex, com quem já tive oportunidade de fazer alguns debates. Era sempre um prazer debater com V.Exa..

O que foi dito pelo Deputado Sandro Alex que, ao destinar, nós não estamos inexoravelmente transferindo a frequência já para o 4G, mas, sim, colocando mais um *player* naquela condição de multidestinação da faixa de radiofrequência, ou seja, fazer o melhor uso possível do espectro, é o que nós estamos na iminência de fazer. Há estudos das consequências dessa utilização lado a lado do 4G com a radiodifusão. E aí há necessidade de medidas de mitigação. Quanto é que vai custar? Isso tudo é papel da ANATEL. A ANATEL está correndo para fazer essas definições e ver quanto é que custa, Deputada Luiza Erundina, para poder fazer isso constar no edital a fim de que, sim, seja ressarcido o radiodifusor para mudar de faixa. Ele não vai perder a condição de ser radiodifusor. Ele tem a garantia de ir para uma nova faixa. E os custos que ele teria para poder migrar para aquela faixa seriam absorvidos já dentro da medida.

O Ministro Paulo Bernardo tem sido muito claro com relação a isso. Ou seja, a garantia da existência da radiodifusão está perdurada. O Dr. Fernando Ferreira tem preocupação com o Dividendo Digital 2. A gente tem reiteradamente se manifestado nos fóruns internacionais de que o Brasil não é contra fazer estudos de Dividendos



Digitais 2. Só que, para o Brasil, dada a importância da televisão aberta, nós não vamos adotar o Dividendo Digital 2. Então, essa tranquilidade tem de ter. Esse avanço que quis demonstrar aqui não é uma realidade para nós, e isso está demonstrado nas nossas participações em todos os fóruns internacionais por onde temos andado. Temos demonstrado isso.

A televisão aberta para o Brasil é importante, sim, e ela vai continuar. Então, ainda que se destine essa faixa na próxima semana, não é uma data fatal. As datas fatais são o apagamento. Quando a gente vai apagar de 2015 adiante, aí, sim, todos esses estudos têm de ter sido concluídos, a gente tem de saber exatamente quais são as contramedidas que temos de tomar contra a deteriorização que possa vir a acontecer em caos específicos de uma ERB estar junto com uma recepção de antena coletiva, uma antena em frente a um edifício transmitindo sinal de 4G e podendo interferir na televisão em uma recepção interna.

Essas coisas todas têm de ter sido equacionadas, e em 2015, 2016, quando a gente vai apagar, isso tem de estar definido. Se a gente não fizer as coisas em paralelo, a gente acaba perdendo o tempo da história.

Essa é a preocupação nossa técnica. Deputada Luiza Erundina, Deputados Sandro Alex e Jorge Bittar, quando a gente tiver o comando dos decretos todos que foram colocados para a ANATEL agir, vamos agir dentro da boa técnica, dentro da melhor engenharia para encontrar soluções técnicas necessárias e poder atingir o bom desempenho — tanto continuar com o bom desempenho da televisão aberta quanto com o novo serviço que vai entrar.

Essa que é a questão que apresentamos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Indago se mais alguns dos senhores desejam fazer uso da palavra.

Com a palavra o Sr. Nelson Breve.

**O SR. NELSON BREVE DIAS** - Quero apenas agradecer o convite à Deputada Luiza Erundina, ao Deputado Jorge Bittar, ao Deputado Sandro Alex, que está aqui também. Temos participado da discussão na rádio digital.

Quero dizer algo ao Jéfferson. Não quero mais trocar pela contribuição porque já ganhei na Primeira Instância. Certo? Mas é bem-vindo se a ANATEL



colocar lá o Ministério das Comunicações — e a Patrícia já saiu — e, como contrapartida para a liberação do setor, a instalação do operador da rede nacional pública para as teles fazerem essa instalação. Acho que, com isso, alivia todo o peso que o campo público, seja das universidades, seja das comunitárias, poderia ter. Aproveitando, já que tem uma infraestrutura, tem expertise, montar o operador nacional da rede pública digital, poderia ser para todos nós um grande benefício em troca de liberar essa faixa que nos foi destinada quando da introdução do padrão digital.

Então, é isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Não havendo mais quem queria fazer uso da palavra, tendo sido esgotado o tempo desta audiência, agradeço ao Daniel Slaviero, Fernando Ferreira, Mário Jéfferson, Nelson Breve, Evelin, Marconi e aos demais que já se retiraram por terem trazido importantes contribuições para o nosso debate, para a nossa reflexão.

Está encerrada esta audiência pública.